

Universidade do Estado do Amazonas-UEA
Centro de Estudos Superiores de Tefé-CEST

Elizeu Souza da Silva

Os movimentos de independência na América Latina no século XIX

Tefé-Am
2022

Elizeu Souza da Silva

Os movimentos de independência na América Latina no século XIX

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro de Estudos Superiores de Tefé- CEST da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, para a obtenção de título de graduado em História.

Orientador Prof. MSc. Tenner Inauiny de Abreu

Tefé-Am
2022

Termo de Aprovação

BANCA EXAMINADORA:

Prof. MSc . Tenner Inauiny de Abreu (Orientador)

Universidade do Estado do Amazonas

Prof. Dr. Sidney Barata Aguiar
SEDUC/SEMED Manaus

Prof. MSc. Jubrael Mesquita da Silva
Universidade do Estado do Amazonas

AGRADECIMENTO

Quero agradecer a Deus pela saúde, força e coragem para superar as dificuldades a minha família, minha digníssima esposa Marquiline Pereira da Costa a meus filhos Enthny Cristiny Pereira da Silva, Elizeu Souza da Silva Filho e Emilly Pereira da Silva pelo apoio durante o curso de licenciatura em História pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA.

A esta universidade do Estado do Amazonas-UEA ao Centro de Estudos Superiores de Tefé –CEST, que me deu suporte teórico e prático para atuar nas atividades atividade Teórico e pratica que foram importante na minha formatação e carreira docente.

Aos professores que compõe o corpo docente do colegiado do curso de licenciatura em história, a querida secretária do curso de história Sara ao meu orientador o Prof. MSc. Tenner Inauiny de Abrel pela atenção, carinho e zelo no uso de sua atribuição.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo abordar os movimentos de independência na América Latina no século XIX. Os movimentos revolucionário no Haiti, no Vice-reino do Peru, no Paraguai, na Venezuela e Argentina, partir de um recorte sumário na historiografia do tema, sem a pretensão de esgotá-lo. Metodologicamente, o trabalho foi baseado na pesquisa bibliográfica. Procedeu-se, portanto, previamente um levantamento das referências e posteriormente uma revisão básica da literatura disponível em acervos digitais e em língua portuguesa. Posteriormente analisou-se as principais abordagens e estruturas temáticas do objeto proposto. A fundamentação teórica foi baseada em Prado e Pellegrino (2014), Silva (2015), Rubiano (2016), Gouvêa (1993), Mäder (2008), dentre outros. A pesquisa bibliográfica apontou que a história da América Latina é rica e complexa, mas ainda pouco conhecida pela maioria dos brasileiros. No que se refere aos processos de emancipação das colônias que deram origem às nações e países sul americanos, constatamos que estes foram longos e complexos de modo que não somente as influências externas foram decisivas para a deflagração dos movimentos emancipatórios. Os vários acontecimentos, crises e conflitos internos, bem como os interesses dos diversos atores sociais, ou seja, da elite colonial (chapezones e crioulos) e das populações consideradas subalternas (indígenas, negros e mestiços), também foram importantes e contribuíram diretamente para com as revoltas e conflitos pela independência das colônias neste continente no período da colonização.

Palavras-chave: Revolução, Independência; América Latina; Protagonismo.

ABSTRACT

The present work aims to address the independence movements in Latin America from the 18th to the 19th century, from a summary cut in the historiography of the theme, without intending to exhaust it. Methodologically, the work was based on bibliographic research. Therefore, a survey of references was carried out in advance and later a basic review of the literature available in digital and Portuguese collections. Subsequently, the main thematic approaches and structures of the proposed object were analyzed. The theoretical foundation was based on Prado and Pellegrino (2014), Silva (2015), Rubiano (2016), Gouvêa (1993), Mäder (2008), among others. The bibliographic research pointed out that the history of Latin America is rich and complex, but still little known by most Brazilians. With regard to the emancipation processes of the colonies that gave rise to South American nations and countries, we found that these were long and complex so that not only external influences were decisive for the outbreak of emancipatory movements. The various events, crises and internal conflicts, as well as the interests of the various social actors, that is, the colonial elite (chapetones and creole) and the populations considered subaltern (indigenous, black and mestizo), were also important and contributed directly to the revolts and conflicts for the independence of the colonies on this continent during the period of colonization.

Keywords: Revolution, Independence; Latin America; Role.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 01 - NOÇÕES E TRAJETÓRIA DO CONCEITO DE REVOLUÇÃO ...	11
1.1 Algumas noções gerais e trajetória do conceito de revolução.....	11
1.2 O conceito de revolução aplicado aos movimentos de independência na América Latina.....	15
CAPÍTULO 02 -: REVOLUÇÕES E MOVIMENTOS QUE CONTRIBUÍRAM NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DA AMÉRICA LATINA	21
2.1 O contexto da América Hispânica do século XIX.....	21
2.2 Primeiras lutas e revoltas: A independência do Haiti e a revolução no Vice-reino do Peru como ponto de partida para as outras revoluções na América Latina.....	23
2.3 Independência na América Latina no século XIX: O caso do Paraguai.....	31
2.4 O processo de independência da Argentina.....	34
2.5 O processo de independência da Venezuela.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	42

INTRODUÇÃO

*"Salvei a minha pátria. Vinguei a América...
Nunca mais um colono europeu porá o pé
neste território com o título de amo ou de
proprietário" (Jean Jaques Dessalines)*

A frase acima que inicia nossas reflexões sobre os processos de independência na América Latina, foi proferida por um dos líderes da independência da colônia espanhola de São Domingos, região que hoje corresponde ao Haiti. De acordo com Prado e Pellegrino (2014) Dessalines foi um ex-escravo que lutou juntamente com outros líderes negros pela emancipação do Haiti. A revolta dos escravos da colônia de São Domingos, poder ser considerada como “vinda de baixo”, ou seja, uma revolução protagonizada ou tendo à frente atores sociais considerados subalternos, e que na mentalidade do colonizador, não teriam capacidade para liderar uma revolução que abalasse as estruturas de dominação secularmente constituídas.

Apesar de possuírem esta mentalidade etnocêntrica e preconceituosa, os colonizadores temiam uma grande revolta negra na colônia de São Domingos, já que na mesma, existia uma grande quantidade de escravos vindos da África para serem explorados nas fazendas e plantações. Mas o temor virou terror para os colonizadores, na medida em que, uma série de revoltas tendo à frente lideranças negras, culminaram na emancipação da colônia de São Domingos no final do século XVIII e início do XIX.

Mais que uma libertação de cunho político-administrativo, a emancipação protagonizada pelos negros na colônia de São Domingos, representou o fim da exploração desumana e a efetivação da liberdade tão almejada, em um contexto em que parecia impossível a realização da mesma. O movimento revolucionário dos negros do Haiti, atravessou as fronteiras territoriais da pequena ilha, e inspirou outras revoltas que promoveram a emancipação das demais colônias, bem como o surgimento de várias nações na chamada América Latina ao longo do século XIX.

Mas afinal, o que entendemos sobre a denominação América Latina? De acordo com Prado e Pellegrino (2014) o termo América Latina foi inventado no século XIX, carregando desde suas origens disputas de ordem política e ideológica. Os sentidos que lhe foram atribuídos estão vinculados às polêmicas que envolveram, de um lado, franceses e ingleses (século XIX) e, de outro, latino-americanos e norte-americanos (séculos XIX e XX).

A primeira perspectiva, ou seja, a francesa tem a seguinte abordagem:

Acompanhando a primeira perspectiva, o autor da concepção de uma América *latina* teria sido o intelectual, político, economista e viajante francês, Michel Chevalier, em obra de 1836 [...] afirmação da tese da origem francesa do conceito de *América Latina* tem como pressuposto a ideia de que os habitantes que viviam ao sul do Rio Grande apenas aceitaram de maneira acrítica e passiva o termo engendrado no exterior (PRADO, PELLEGRINO, 2014, p. 8-9).

Conforme verificamos acima, a primeira aceção do termo América Latina, foi sistematizado por um autor europeu. Tal autor, estruturou o termo a partir de sua visão mundo e para atender os interesses políticos e econômicos eurocêntricos. Nesta concepção, os habitantes do “Velho Mundo” são compreendidos como protagonistas e os latino americanos apenas de forma passiva, são obrigados a aceitar a definição sem qualquer questionamento ou posição crítica. Essas interpretações sobre a América Latina a partir da perspectiva europeia, tem fortes implicações na construção de uma historiografia que objetiva contribuir para com a permanência de um pensamento colonizador sobre a trajetória do continente.

Já segunda aceção do termo, diz o seguinte:

O uruguaio Arturo Ardao discordava dessa visão e defendia a outra perspectiva. Em artigo publicado em 1965 no semanário uruguaio *Marcha*, intitulado "A ideia de Latino-américa", o autor demonstrava que o termo completo *América Latina* fora utilizado, pela primeira vez, pelo ensaísta colombiano José Maria Torres Caicedo, em um poema de 1857, chamado de "As duas Américas". A finalidade clara dos versos era a da integração entre os vários países latino-americanos, buscando seu fortalecimento, como precaução para as possíveis futuras interferências norte-americanas na região. argentina Mónica Quijada apresentou recentemente uma boa síntese dos debates sobre a questão da origem do termo. Refletindo sobre sua criação e a difusão, a historiadora critica a primeira interpretação (a autoria francesa) e endossa a segunda (a latino-americana). Afirma que "América Latina não é uma denominação imposta aos latino-americanos em função de interesses alheios, e sim um nome cunhado e adotado conscientemente por eles mesmos e a partir de suas próprias reivindicações". A partir daí, foi se construindo uma identidade latino-americana em oposição aos anglo-americanos dos Estados Unidos (PRADO, PELLEGRINO, 2014, p. 9).

A segunda aceção, vai ser elaborado por autores eminentemente latino-americanos. Estes vão cunhar o termo, partindo da crítica aos autores europeus que elaboram um pensamento ou compreensão da América Latina segundo sua visão de mundo. Os pensadores latino americanos, na medida que, tecem a crítica ao pensamento colonizador, salientam a organização política administrativa própria do continente.

Nesse sentido, o termo destaca o protagonismo latino americano, bem como a importância de se construir uma identidade latino-americana contra as pretensões colonizadoras contemporâneas, no caso, a hegemonia norte-americana. Tal perspectiva, também aponta para uma abordagem revisionista da história do continente. Tal perspectiva compreende as independências das nações e países latino-americanos como resultado de longos e complexos processos, em que não somente as influências externas foram decisivas para a deflagração das mesmas. Os vários acontecimentos, crises e conflitos internos, bem como o interesse dos diversos atores sociais, ou seja, da elite colonial (chapetones e crioulos) e das populações consideradas subalternas (indígenas, negros e mestiços), também foram importantes e contribuíram diretamente para com as revoltas e conflitos pela independência das colônias neste continente no período da colonização.

Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo, abordar os movimentos de independência na América Latina ao longo do século XIX. Como procedimento metodológico, utilizamos a pesquisa bibliográfica. De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar.

A monografia está estruturada em dois capítulos principais. No primeiro, intitulado “Noções e trajetória do conceito de revolução”, fazemos uma discussão sobre a trajetória e algumas noções do conceito de revolução. Em seguida, no segundo subtópico, analisamos o conceito de revolução e sua aplicabilidade nos movimentos de independência na América Latina.

O segundo capítulo intitulado, “Revoluções e movimentos que contribuíram no processo de independência da América Latina”, está dividido em cinco subtópicos. No primeiro, abordamos o contexto da chamada América Hispânica no século XIX. No segundo, adentramos na análise das primeiras lutas e revolta ocorridas ao longo do século XIX.

Desse modo, abordamos o processo de independência do Haiti, bem como as revoltas no Vice-reino do Peru, como ponto de partida para a compreensão dos outros processos de independência na América Latina. O movimento de independência do Haiti e as revoltas no Vice-reino do Peru foram exemplo de movimentos protagonizados por atores sociais “vindos de baixo”, ou seja, populações indígenas e negros escravizados. No terceiro subtópico,

analisamos outros movimentos emancipatórios ocorridos no século XIX, tendo como ponto de partida, a abordagem da independência do Paraguai. Em seguida, abordamos o processo de independência da Argentina e finalmente no ultimo subtópico, analisamos a emancipação da Venezuela.

CAPITULO - I NOÇÕES E TRAJETÓRIA DO CONCEITO DE REVOLUÇÃO

1.1 Algumas noções gerais e trajetória do conceito de revolução

O presente capítulo tem como objetivo fazer uma discussão sumária sobre como a historiografia do tema aborda aspectos teóricos sobre o conceito de revolução, bem como sua trajetória ao longo da história. Ainda neste capítulo abordamos o conceito de revolução e sua aplicabilidade nos movimentos revolucionários que foram importantes no processo de independência da América Latina. Semanticamente a palavra revolução tem origem na expressão em latim *revolutio,ónis*, que significa "dar voltar, completar voltas" (SOUZA, 2018) Numa perspectiva histórica, revolução é uma grande transformação política, econômica ou social que ocorre num determinado país ou numa sociedade ou período histórico. Para que chegasse até essa definição, o termo passou por diversas transformações ao longo da história, bem como no meio acadêmico.

Em sua origem etimológica o termo revolução era caracterizado num primeiro momento da seguinte forma:

Isto ocorreu com o termo revolução, que originalmente designava o movimento dos astros [...] revolução originalmente era um termo astronômico, que designava o movimento circular das estrelas e planetas. Tal movimento era natural e necessário, não tendo nenhuma relação com as atividades humanas, com a política, o debate público, a violência, a fabricação, o trabalho, e etc [...] Com Políbio pela primeira vez, um termo astronômico foi usado no campo político para ilustrar uma das características dos assuntos humanos. A anaciclose se referia ao ciclo que as formas de governo conhecidas descreviam. Ao olhar para a história, Políbio entendia que as formas de governo se repetiam em um ciclo de recorrência eterna e irresistível, da mesma forma que o movimento cíclico dos astros no firmamento (RUBIANO, 2016, p. 60)

Conforme verificamos acima, a palavra revolução estava relacionada aos fenômenos naturais, no caso, ao movimento dos corpos celestes. De acordo com Silva (2015) A palavra revolução, originalmente, era um termo da astronomia que ganhou importância nas ciências naturais com o texto *De revolutionibus orbium coelestium* (Sobre as revoluções dos corpos celestes), de Copérnico, publicado em 1543, para designar o movimento regular e necessário dos astros em suas órbitas, ou seja, cíclico e recorrente. No entanto, no período da Grécia Antiga, o termo passou por uma transformação semântica e passou a ser utilizada para se referir aos assuntos humanos e suas dimensões.

De acordo com Rubiano (2016) na perspectiva Grega, a mudança é explicada pela mortalidade: os homens são seres mortais, nesse sentido, tanto os agentes com os astros perecem. Além disso, os jovens como seres novos assediam constantemente o *staus quo*. Este assédio dos jovens juntamente com a efemeridade dos atos minam a durabilidade e estabilidade na vida política e levam os seres humanos, inevitavelmente, a ser moverem entre as formas de governo.

Os pensadores da Grécia Antiga, aplicavam o termo no entendimento das transformações que aconteciam no campo da política. Dessa forma, as mudanças que ocorriam nessa dimensão, ou seja, as mudanças nas várias formas de governo, eram decorrentes de transformações no “espírito” humano, que como os corpos celestes eram caracterizados pela efemeridade. Para Silva (2015) a utilização da expressão em assuntos terrenos era, então, uma referência para as poucas formas conhecidas de governo que se repetiam entre os mortais em um ciclo de recorrência eterna e com a mesma força irresistível que fazia os astros seguirem seus caminhos predeterminados no firmamento.

No século XVI ao XVII, o termo revolução, tinha a seguinte conotação na perspectiva de Rubiano (2016, p. 61):

Dito de outra forma, desde de Políbio até o século XVI, os pensadores políticos entediam que as formas de governo se repetiam ciclicamente. Maquiavel, por exemplo, ao tratar da derrubada violenta de um governo e a subsequente substituição desde por outra forma de governo, usa o *mutatiun rerun* de Cícero. Quando a palavra revolução foi usada em um sentido político no século XVII, na Revolução Gloriosa, ela estava próxima da concepção de anaclicose: indicava retornar uma forma de governo pré-estabelecida e anterior, isto é, buscava restaurar o poder monárquico limitado pela lei e glória anteriores. Este momento indica a gênese de revolução como termo político que denota o movimento de retorno a uma constituição anterior. As revoluções americana e francesa em seu início também visavam à restauração: no caso americano, os colonos reivindicavam os antigos direitos dos ingleses contra os abusos do governo colonial. No caso francês, os revolucionários inicialmente pretendiam restaurar os direitos e a forma de monarquia anterior ao absolutismo.

Nos séculos XVI ao XVII o termo revolução, continuou tendo a mesma conotação apreendida pelos gregos antigos que passaram a entender como *anaclicose*¹ Desse modo, o termo continuava se referindo às mudanças ou dinâmicas no campo da política. No entanto,

¹ Do grego *anakylitikos*, o que se pode virar, isto é, o que se pode ler da esquerda para a direita e da direita para a esquerda. O nome tem sido usado para qualificar a teoria cíclica da história, segundo a qual os regimes passam de uma forma a outra, retornando finalmente ao seu ponto de partida. Isto é, os regimes sucedem-se necessariamente, imbricando-se uns nos outros para voltarem ao começo. Segundo os clássicos gregos, a monarquia degenera em oligarquia, a que se sucede a democracia, o governo dos pobres contra os ricos, que, depressa, é dominada pelo cesarismo e, em seguida, pela tirania. Disponível em: <https://farolpolitico.blogspot.com>. Acesso em: 05 de abril de 2022.

não se tratava, de uma mudança política, mas de um movimento cíclico nas várias formas de governo. Dito de outra forma, as mudanças políticas, bem como as revoluções que aconteceram nos séculos XVI e XVII, tiveram como objeto restaurar um regime político anterior.

No entanto, o termo revolução aos poucos passou a ganhar novas conotações e um significado radical a partir do século XVIII, como diz Rubiano (2016, p. 61-62):

As Revoluções Americana e Francesa em seu início também visavam a restauração: no caso americano, os colonos americanos reivindicavam antigos direitos dos ingleses contra os abusos do governo colonial. No caso francês, os revolucionários inicialmente pretendiam restaurar os direitos e a monarquia anterior ao absolutismo. No entanto, não foi possível o retorno ao antigo direito dos ingleses nem à antiga monarquia francesa: o movimento de restauração na América desembocou na independência e na tarefa de instituir uma nova forma de governo no Novo Mundo; a luta pela restauração na França derrubou o Antigo Regime e os revolucionários se depararam com a tarefa de criar uma República francesa. Nesse contexto, a palavra revolução ganhou outro sentido: não designava mais restauração, o retorno a um regime antigo e conhecido; ao contrário, passou a designar a fundação de um novo corpo político, a criação de uma constituição que nunca tinha existido. O termo revolução ganhou, no século XVIII, mais um significado, deixou de ser usado para indicar somente um fenômeno natural e também passou a nomear eventos estritamente políticos os quais estavam ligados à novidade, isto é, ao surgimento de algo inédito na história. O calendário criado em 1793 é a expressão de que os homens tomaram a consciência de que suas ações iniciaram uma nova era, um novo período na história.

O termo revolução ainda no século XVI e XVII, aos poucos vai deixando suas origens ligadas o campo da natureza e ganhando uma conotação estritamente humana. Nesse período, podemos afirmar que o mesmo também vai se aprimorando. Assim, no século XVIII, o termo não mais designava a restauração de um governo anterior, mas passou a ser entendido como a instauração de algo novo, de um novo regime político, não mais ligado às antigas formas de governar. Nesse sentido, o autor afirma que a Revolução de 1793 foi um marco histórico que proporcionou um novo entendimento de revolução. Para Silva (2015) O significado moderno da palavra revolução surgiu com base em alguns princípios: a ideia de aceleração do tempo, a finalidade social dos movimentos políticos, o caráter universal e de permanência, o surgimento do novo e do inédito e, conseqüentemente, a rejeição ao passado como valor para o presente. Tais premissas procuraram atribuir um significado para os movimentos políticos e sociais que começaram a ocorrer a partir de fins do século XVIII.

No século XIX e XX, o termo passou por outra transformação, conforme pontua Rubiano (2016, p. 62):

No século XIX, o termo revolução sofreu novamente uma mudança em seu uso e é deslocado do campo político para o histórico com as interpretações baseadas na noção de progresso e de tendência histórica. Por um lado, Marx relaciona com a necessidade no registro histórico e biológico: a luta de classes como motor da história conduz à revolução definida como transformação radical que daria luz a uma nova sociedade igualitária e sem classes. Por outro lado, a noção de história como progresso entende a revolução como um momento de ascensão da burguesia e de aceleração do processo de evolução econômica e social [...] Já no século XX com a emergência do stalinismo, com os levantes revolucionários em Cuba e na China, o conceito de revolução passa a ser relacionado também com o totalitarismo, guerra, golpe de Estado e ditadura.

No século XIX, como vimos acima, o termo revolução se desloca do sentido político. Conforme vimos anteriormente, este sentido foi fortalecido principalmente com a emergência da Revolução Francesa no ano de 1793. Desse modo, Marx compreendeu a revolução como resultante da luta de classes definida como um fator que impulsionava a história. Para este pensador, a luta de classes levaria a revolução definitiva, onde se estabeleceria uma nova sociedade igualitária e sem classes.

No entanto, nesse mesmo período, vigorava também a chamada concepção da história como progresso. Tal concepção estava de acordo com o contexto do século XIX marcado pela Primavera dos Povos, bem como pela Revolução Industrial. Este contexto revolucionário, no campo ideológico levavam as pessoas a conceberem a história num sentido universal, compartilhadas por todos os seres humanos, onde estes imbuídos de um destino comum, poderiam alcançar um alto nível de perfeição nas dimensões políticas, sociais e econômicas, através de uma revolução constante. Tal concepção era compartilhada pela burguesia, principal propagadora desse ideal revolucionário.

No século XX, a noção de revolução ganha um novo sentido. Com o surgimento dos regimes totalitários nesse período, o termo passou a se referir a regimes de cunho violento e pouco democrático. Eventos como as guerras, golpes de Estado e ditaduras passaram a ser sinônimo de revolução. Mesmo assim, com a emergência desses regimes políticos totalitários que de certa forma contradiziam o termo revolução nascido no século XVIII, os chamados países de terceiro mundo mantiveram vivo o ideal de revolução entendido como revolução social.

De acordo com Silva (2015) com o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, os países da América Latina e as colônias na África e na Ásia que conquistaram a independência, designados no período como Terceiro Mundo, se tornaram um dos pilares de esperança e fé

dos que ainda acreditavam na revolução social, em face dos movimentos políticos e sociais que agitaram a região, como a Revolução Chinesa e a Revolução Cubana, para citar apenas dois exemplos. Além disso, o Terceiro Mundo foi importante para os revolucionários da tradição de 1917 que queriam fugir da prosperidade econômica dos países capitalistas mais ricos nos anos 1950 que anesthesiava o desejo de luta.

Desse modo, podemos afirmar que revolução é um termo polissêmico que passou por muitas transformações ao longo do tempo. De origem eminentemente vinculada às dimensões do natural, o termo sofreu uma profunda transposição para o universo humano e suas dimensões. No entanto, as transformações semânticas de revolução acompanharam as mudanças que ocorrem na história da própria humanidade. Assim o termo, assumiu definitivamente o anseio dos seres humanos em lutar pela transformação de uma determinada situação ou realidade de opressão. A chamada América Latina é uma região marcada por muitas revoluções ou processos revolucionários. Aqui a palavra revolução adquiriu diversos significados ao longo da história do continente. Desse modo, no próximo subtópico, analisamos o conceito de revolução, a partir dos movimentos que tiveram como consequência a independência na América Latina.

1.2 O conceito de revolução aplicado aos movimentos de independência na América Latina

O presente subtópico tem como objetivo analisar o conceito de revolução a partir dos movimentos de independência que aconteceram na América Latina. De acordo com Gouvêa (1997) a ideia de revolução embora tenha sido bastante conhecida na historiografia tradicional, foi reservada ao falar dos movimentos de independência que ocorreram no continente latino americano. Diante da ótica do conservadorismo e do continuísmo a ideia de revolução não passou apenas de uma palavra.

No entanto, nos últimos anos com o avanço dos estudos relacionados ao Antigo Regime, especialmente a “Revolução Francesa”, novos rumos foram construídos na dinâmica de entender os processos que resultaram na independência das colônias no continente latino americano. Desde o final do século XIX a historiografia da independência latino-americana foi desenhada de forma liberal, nacionalista e convencional. Nesse contexto, a revolução era

apenas vista como sinônimo guerra pela independência com caráter de ruptura entre as colônia e metrópoles, conforme aponta Gouvêa (1997, p. 276):

Em termos gerais se pode dizer que desde fins do século XIX foi sendo cunhada uma historiografia de corte sobremodo liberal e nacionalista em cujo conteúdo era utilizado o termo revolução apenas como sinônimo de guerras de independência e, conseqüentemente, apenas enfatizando o simples caráter de ruptura institucional do mundo colonial hispano-americano. Essa historiografia se prendia de modo muito particular ao relato dos eventos de natureza mais local, então tomados e analisados a partir de um ponto de vista "nacional". Era uma produção sem grandes conexões com as transformações mais globais, o que fazia com que o conceito de revolução não aparecesse problematizado e muito menos explicado.

Conforme verificamos acima, essa produção historiográfica enfatizava apenas os eventos de natureza local não havia uma conexão com os acontecimentos mais globais. Esse fato fazia com que o conceito de revolução não fosse problematizado e explicado de forma mais aprofundada e com muitos detalhes. Embora houvesse muitos estudos historiográficos relacionado ao processo de independência da América Latina, esses estavam fortemente relacionados a construção histórica dos chamados Estados Nacionais.

Nesse sentido, a noção de revolução foi construída como sinônimo de ruptura, o que de fato foi característico da primeira metade do século XX. Havia uma discussão travada entre intelectuais desse período acerca da crise do estado oligárquico. De acordo com Gouvêa (1997) pode-se argumentar também que a abundância dos estudos produzidos nos diferentes países da América Latina encontrava-se fortemente associada a uma discussão bastante teleológica dos processos de construção dos diversos Estados Nacionais. Buscava-se assim estabelecer uma espécie de reconhecimento das origens desses Estados, atitude bastante ambígua, pois, se de um lado dava destaque à maturidade política das classes dominantes locais, e, portanto, à necessidade de promover a ruptura do vínculo colonial até então vigente, de outro, enfatizava a inadequação das classes populares para exercer uma plena cidadania.

Outro ponto importante a salientar é que muitos intelectuais acreditavam que o processo de independência nas treze colônias anglo-saxônicas era considerado de natureza revolucionária em relação às iniciativas observada em outras partes da América Latina conforme sustenta Gouvêa (1997, p. 276):

Sempre considerando a sua natureza revolucionária, as análises da Revolução Americana salientavam características radicalmente opostas às observadas em outras partes das Américas. A cidadania, argumentava-se, fora de fato ampliada nos Estados Unidos, alcançando grandes contingentes populacionais. Ali, as ideias liberais puderam de fato viabilizar a instauração de um novo

sistema político, a democracia baseada Revolução e Independências na divisão dos três poderes - o executivo, o legislativo e o judiciário -, modelo radicalmente diferente daquele que ali existira anteriormente.

Conforme verificamos acima, a Revolução América por muito tempo foi considerada como uma verdadeira revolução, no sentido de abalar as estruturas de dominação e estabelecer uma nova realidade política, econômica e social. Já os processos de independência ocorridas na América Latina, na visão desses pensadores por não se enquadrarem nos paradigmas considerados revolucionários, não foram considerados ou interpretados como uma verdadeira revolução no sentido de revirar, ou transformar radicalmente a realidade.

Nesse sentido, para Gouvêa (1997), no início do século XIX era uma tarefa difícil efetivar um estudo das classes populares diante das constantes mudanças no campo da política. Era mais comum fazer essa leitura do processo histórico da independência dos estados a partir do ponto de vista das elites locais. Nesse caso, a ideia de revolução como mudança radical foi rejeitado devido ao vínculo que a elite colonial tinha com a Coroa Espanhola. O fracionamento das elites era tarefa muito mais fácil de operar do que considerar o lugar e o papel das classes populares no interior dos novos arranjos políticos instituídos a partir dos primórdios do século XIX. Nesse sentido, a noção de revolução foi descartada, na medida em que, os grupos sociais incrustados nos altos escalões das hierarquias de poder permaneceram inalterados ao longo do processo de eliminação do vínculo colonial que unia a Espanha às suas colônias americanas.

Já na década de 1950 a ideia de revolução surge com uma nova tendência no contexto historiográfico. De acordo com Gouvêa (1997) a noção de "Revolução" surgia, não tanto como um conceito explicativo dos processos que configuravam as independências hispano-americanas, mas como a expressão de uma causalidade externa. Tratava-se de um período muito marcado pelo ambiente da Guerra Fria, em que se observava o esforço dos Estados Unidos e dos principais países da Europa Ocidental para organizar a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), concretizando uma oposição conjunta aos avanços alcançados pelo bloco comunista no contexto mundial do pós-guerra.

A partir dos anos da década de 1970, o processo de independência da América Latina foi compreendido a partir de uma concepção apriorística. De acordo com essa visão, os movimentos de independência na América espanhola foram frutos das ideias que surgiram na Europa.

Com o avanço dos estudos historiográficos essa concepção sofreu uma mudança. Enquanto à antiga visão enfatizava os acontecimentos externo para explicitar os movimentos de independência nas colônias hispano-americanas, uma nova visão enfatizava os fatores internos, conforme pontua Gouvêa (1997, p. 278):

A natureza ambígua da elite *criolla* era pela primeira vez apontada como principal fator a explicar o caráter mais específico das independências na região. Se, por um lado, essa elite era dominante graças à sua permanente defesa dos valores e princípios herdados dos peninsulares que se haviam estabelecido na América ao longo dos anos, por outro lado, esse mesmo grupo sofria cotidianamente um contexto de profunda discriminação em termos de sua efetiva participação na administração e no clero das diversas colônias. Tudo isso concorria para uma grande tensão racial, a grande marca de todo esse processo de ruptura.

Essa nova visão, sustentava que a elite *criolla* passou a ser um fator fundamental para no processo de independência. No ceio das elites *criolla* havia bastante conflitos de interesse por causa dos privilégios e cargos administrativos nas colônias hispano-americanas. Os conflitos surgiram principalmente entre os que apoiavam a continuidade de um governo monárquico outros eram favor do patriotismo. Nesse sentido, analisando pelo viés desse conflito interno entre as elites *criolla* nas colônias, as lutas pela independência passaram a ser vistas como guerra civis dando início ao processo de ruptura entre as colônias e a metrópole.

Na década de 1980 novos estudos surgiram, agora não pelo viés do continuísmo. Desse modo, buscava-se achar fatores concretos que culminassem com a quebra definitiva do vínculo colonial. De acordo com Gouvêa (1997) um dos estudiosos que passou a ser aprofundar em pesquisas nessa perspectiva foi François Furet. Esse estudioso ao propor e iniciar tal revisão, abriu um caminho novo e bastante fecundo para os estudos sobre os movimentos de independência a partir de uma reavaliação do conceito clássico de revolução. Seu livro “Pensando a Revolução Francesa”, publicado pela primeira vez em 1978, propõe um modelo explicativo alternativo para o estudo do fenômeno revolucionário francês, tomando-o como um processo e um acontecimento ao mesmo tempo, definindo assim o conceito de revolução como uma modalidade de ação social. Ao propor essa releitura, Furet (1989) passava a operar com um modelo de análise que enfatizava a importância das continuidades e rupturas no curso do processo revolucionário francês, abrindo aquele contexto histórico a uma análise mais atenta e sensível a todas as possibilidades concretamente presentes. A influência da obra de Tocqueville no desenvolvimento de sua reflexão subsidiava uma tendência do autor ao enfatizar de forma mais clara, o peso da permanência da tradição absolutista do que

os elementos de ruptura subjacentes à instauração de uma política democrática, que passava a vigorar enquanto ideologia nacional no decurso do processo revolucionário francês.

Os estudos de Furet teve grande impacto no meio acadêmico, bem como em outras pesquisas conforme aponta Gouvêa (1997, p. 279):

O grande impacto causado pela obra de Furet ficou evidente principalmente através de muitos dos trabalhos apresentados por ocasião das comemorações do bicentenário da Revolução Francesa. A publicação, em 1988, de seu Dicionário crítico da Revolução Francesa, escrito em co-autoria com Mona Ozouf, consolidou sua posição destacada em relação aos estudos sobre revolução. Foi justamente num dos vários colóquios comemorativos, organizados em 1989, que pela primeira vez se pôde observar a aplicação da reflexão desenvolvida por Furet à análise dos processos de independência hispano-americanos. François Xavier Guerra apresentou, nessa ocasião, uma comunicação que antecipava boa parte dos argumentos que iriam compor seu livro editado três anos depois, *Modernidade e independências. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas* (1992). Guerra publicaria novo artigo sobre o assunto em 1994, texto que tornaria ainda mais clara sua percepção do caráter revolucionário das independências latino-americanas. Finalmente, portanto, chegava-se a uma abordagem capaz de enfatizar a dimensão da mudança, da transformação, que caracterizava o processo de ruptura do vínculo colonial na América Hispânica.

François Xavier Guerra (1993), influenciado pelo trabalho de Furet escreveu diversos livros e publicou artigos agora com maior clareza sobre o processo revolucionário das independências latino-americanas. De acordo com Gouvêa (1997) a análise feita por Guerra foi baseada nos argumentos Furet que apontou que a revolução hispânica foi caracterizada pela crise do absolutismo espanhol. A partir dessa perspectiva, foi dispensada a ideia de desintegração da estrutura imperial. Desse modo, o que foi possível observar a partir de 1808, foi um período de transição da modernidade. Tal momento foi caracterizado pela desestabilidade e ruptura do Antigo Regime o que reverberou nas abdições reais, bem como a possibilidade de buscar novas formas de soberania e representação política.

Ainda de acordo com Gouvêa (1997) O autor definiu, assim, dois cortes cronológicos reveladores desse macroprocesso hispano-americano. Primeiramente, o período entre 1808 e 1810, ou o ponto de mutação, como definiu o autor, momento no qual se dá pela primeira vez o debate sobre a natureza da representação e da soberania americana no interior da monarquia espanhola (Guerra, 1993: 31 e 1994: 208). Indagações como "que nação formamos?", "qual a natureza da relação existente entre a América e a Espanha?", "qual o significado da soberania nacional?" e "qual o teor da propalada igualdade de direitos entre os territórios americanos e a Espanha?" eram, enfim, questões que atestavam o próprio contexto de desintegração do Antigo Regime: A ruptura aqui se dava em termos da quebra da antiga relação pessoal e recíproca estabelecida entre o súdito e o rei, definida portanto como uma relação binária. A

noção de nação enquanto uma grande família era perdida a partir do desaparecimento da pessoa real. O segundo marco cronológico indicado por Guerra seria definido pelo desencadear das revoluções de independência a partir de 1810. A ruptura ocorreria a partir da ofensiva da França que, através do seu conselho de regência, não reconhecia, naquele momento, a legitimidade das juntas americanas. Como antes fizera Pierre Chaunu, também Guerra enfatizou esse fator externo como elemento crucial a detonar as guerras civis que culminariam na instauração do processo revolucionário das independências. Regiões e/ou cidades entravam em conflito aberto em torno do fato de aceitarem ou não o governo provisório espanhol, ou apenas por se oporem de todas as maneiras ao governo central da monarquia. A abolição do direito de igualdade entre americanos e espanhóis, determinada em 1812, eliminava a possibilidade de um sentimento muito caro aos *criollos*, aos americanos, como então já se poderia talvez dizer. Isso culminaria em uma escalada de eventos que levou ao acirramento dos ânimos e das vivências definidoras de novos comportamentos e atitudes. Em outros termos, observava-se a própria gestação da modernidade política em seu sentido plenamente processual.

O segundo marco cronológico definido por Guerra, ou seja, o ano de 1810, pode ser considerado como o ponto central na compreensão dos movimentos revolucionários na América Latina. Esse contexto histórico foi marcado por diversas revoluções que resultaram em processos de independências por todo o continente. Tais revoluções foram ocasionados por fatores externos, no caso, o não reconhecimento por parte da França das chamadas juntas americanas. Para Guerra o fator externo foi o gatilho que desencadeou as guerras civis que desembocariam nas revoluções de independência. Na perspectiva do autor, no início do século XIX, as colônias latino americanas passaram a partilhar de um sentimento em comum, ou seja, a possibilidade de libertação em relação à metrópole. Tal sentimento, foi o motor propulsor dos muitos movimentos de independência que brotaram no continente americano ao longo da História. Desse modo, no próximo capítulo, analisaremos os principais movimentos de independência que contribuíram na independência da América Latina e seus países.

CAPÍTULO II: REVOLUÇÕES E MOVIMENTOS QUE CONTRIBUÍRAM NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DA AMÉRICA LATINA

No presente capítulo, analisamos os movimentos e revoluções que contribuíram no processo de independência da América Latina. Os estudos sobre os movimentos e revoluções na América Latina são complexos e vastos o que exigiria da nossa parte um maior tempo e dedicação para tal empreitada. No entanto, nosso objetivo será somente tratar de algumas das principais revoluções e movimentos importantes que ocorreram ao longo do século XIX.

2.1 O contexto da América Hispânica do século XIX

No presente subtópico, abordamos contexto histórico da chamada América espanhola no século XIX, período em que se inflamaram os movimentos pela emancipação das colônias espanholas na chamada América Latina. Esse foi um período revolucionário nas palavras de Mäder (2008, p. 226):

Neste ano de 1810, surpreendentemente, os movimentos de independência se manifestaram na América Hispânica com enorme velocidade e assombrosa simultaneidade, do México, no vice-reino da Nova Espanha, a Buenos Aires, no vice-reino do Rio da Prata. Apesar das dificuldades de comunicação e das imensas distâncias físicas, esta sincronização revelava não só ecos dos acontecimentos externos, mas também o surgimento no interior da elite colonial de diversos, e muitas vezes contraditórios, posicionamentos e projetos políticos que visavam responder aos desafios impostos por este contexto político.

Nos escritos acima, o autor faz referência aos movimentos revolucionários do século XIX. Esses movimentos emancipatórios eram constituídos por diferentes atores sociais em diversas colônias latino-americanas que passaram a ler os acontecimentos a partir da metrópole, promovendo reflexões e lutas segundo seus interesses. Desse modo, podemos afirmar que os desdobramentos internos das colônias influenciaram diretamente os processos de independência das mesmas:

Em 1810, 18 milhões de habitantes viviam nas Américas sob o governo da Espanha. Destes, oito milhões eram indígenas originários do Novo Mundo; um milhão eram negros trazidos da África; cinco milhões eram mestiços; e a minoria de quatro milhões era de brancos, tanto espanhóis peninsulares, os chamados *chapetones*, como *crioulos*, isto é, brancos nascidos nas Américas. Estes últimos viviam uma contraditória situação: estavam no topo da sociedade colonial, mas, no entanto, desempenhavam um papel secundário ante os espanhóis peninsulares em termos de privilégios, acesso à riqueza, aos monopólios, à administração e às decisões políticas. Além disso, sentiam-se ameaçados pelas maiorias não-crioulas de índios, negros e mestiços (MÄDER, 2008, p. 227).

Os segmentos sociais nas colônias da América espanhola eram diversos e estavam historicamente estratificados. Desse modo, as populações indígenas, os negros trazidos como escravos do continente africano, bem com os chamados mestiços, formavam uma maioria considerada como subalterna, mas que tiveram um papel central nos movimentos de emancipação. A minoria da população era composta por atores sociais brancos, *chapetones*, que eram os espanhóis nascidos na Espanha, os *crioulos*, brancos nascidos na América.

Estes segmentos sociais não conviviam em perfeita harmonia, pelo contrário, os *criollos* tinham intensos conflitos com os *chapetones*, por conta dos privilégios e controle político-administrativo nas colônias, benefícios desfrutados pelos *chapetones*. Desse modo, a emancipação da metrópole não interessava somente a uma classe ou segmento social, todos os atores sociais de certa forma, tinham interesses bem definidos.

Para os segmentos sociais considerados subalternos, a independência representaria não apenas a libertação, mas a restituição e concretização dos direitos sociais e políticos historicamente negado pela elite colonial, bem como pela metrópole. Já para a elite colonial, a independência representava a manutenção e o controle do poder político, econômico e social. Nesse sentido, estes segmentos sociais motivado por seus interesses pessoais e de classe estavam conectados com os acontecimentos decorridos na metrópole:

Durante a segunda metade do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, o mundo espanhol sofreu uma grande transformação. Os reinados de Carlos III e Carlos IV (1759-1808) testemunharam o desenvolvimento de um pensamento político moderno ilustrado – que enfatizava a liberdade, igualdade, direitos civis, o governo das leis, a representação constitucional e o *laissez-faire* econômico – entre um pequeno, porém significativo, número de espanhóis peninsulares e espanhóis-americanos. Baseadas nestas idéias as reformas borbônicas, impostas pela metrópole espanhola às suas colônias americanas com os objetivos de aumentar a prosperidade econômica da Espanha e manter a sua hegemonia política, aumentaram o descontentamento de grande parte da elite colonial crioula. Ao enquadrar o mundo hispano-americano dentro de seus interesses, a Coroa ameaçava os múltiplos interesses locais desenvolvidos durante os três séculos de colonização, seus sentimentos de autonomia e de identidade. O colapso da monarquia espanhola, em 1808, deixou essa minoria liberal em condições, sem precedentes, para implantar alguns destes objetivos. A abdicação forçada do rei da Espanha, unanimemente rejeitada pelos americanos e peninsulares abriu caminho para que estes assumissem os poderes detidos pelo rei e comesçassem a debater sobre o fundamento e o conceito de soberania, sobre a representação, a idéia de nação, e a necessidade de dar uma nova constituição à monarquia. Estes homens começavam a compartilhar sentimentos e a constituir um novo vocabulário político, capazes de fazer nascer uma modernidade política, tanto em termos de idéias como de ações que configurariam uma nova prática política no interior das sociedades coloniais (MÄDER, 2008, p. 227).

As transformações políticas, econômicas, sociais e culturais na metrópole, ou seja, na Espanha, tinham ressonância nas colônias e despertavam nos atores sociais do chamado “Novo Mundo”, a construção de uma consciência crítica em relação às estruturas historicamente imposta pelos colonizadores. O pensamento ilustrado que provocava revoluções nas mentes dos europeus que passavam a questionar estruturas, instituições, costumes do *Antigo Regime*, ultrapassava as fronteiras oceânicas despertando nas consciências não só da elite, mas também dos considerados subalternos o anseio pela libertação. As transformações ocorridas a partir da metrópole tinham o objetivo de atender principalmente os interesses político e econômico. Desse modo, para se alcançar tal objetivo, a metrópole intensificou as políticas de controle e exploração das colônias além mar que não receberam com muito entusiasmo as medidas metropolitanas.

Desse modo, a elite crioula, bem com os outros estratos da sociedade colonial, insatisfeitos com tal política e se aproveitando da crise da monárquica espanhola no ano de 1808, fortaleceram os sentimentos de autonomia, identidade e liberdade e passaram a se organizar em movimentos pela emancipação que se espalharam pela América espanhola ao longo do século XIX. Para entendermos a formação dos Estados latino-americanos, se faz necessário compreender esse contexto de lutas e revoluções. Desse modo, nos próximos subtópicos, abordaremos apenas alguns dos principais processos de independência na América espanhola nos séculos XVIII e XIX, enfatizando os interesses dos diversos atores sociais envolvidos em tais movimentos emancipatórios.

2.2 Primeiras lutas e revoltas: A independência do Haiti e a revolução no Vice-reino do Peru como ponto de partida para as outras revoluções na América Latina

O presente subtópico tem como objetivo, discutir as primeiras lutas e revoltas na América latina. Iniciaremos nosso estudo pelo processo de independência do Haiti (que no contexto da colonização era chamado de São Domingos), bem como as lutas no chamado Vice-reino do Peru, que acreditamos ser os primeiros movimentos que inspiraram os demais processos pela independência em outras regiões da América Latina.

O Haiti, foi a primeira colônia a se tornar independente da dominação espanhola nos primórdios do século XIX. Desse modo, a independência do Haiti transcendeu os limites territoriais em que o Estado haitiano se estabeleceu. A partir do exemplo do Haiti, espalhou-se por todo o continente latino americano, o medo de uma revolução “vinda de baixo”, e que de certa forma, abalasse as estruturas de dominação presente na região a séculos. Foi o que

concretizou, porque a independência do Haiti influenciou posteriormente todo o processo de independência das outras colônias latino-americanas.

O Haiti no contexto da colonização se tornou uma colônia fundamental para os interesses tanto da Espanha quanto da França. Inicialmente foi explorado pelos espanhóis que destruíram as inúmeras sociedades indígenas brutalmente exterminados pela ambição do colonizador em busca de matéria-prima conforme sustenta Soares e Silva (2006, p. 2):

Os primeiros colonizadores da Ilha que é hoje o Haiti foram os espanhóis que como primeira atividade econômica na região realizavam a exploração de ouro, utilizando como mão-de-obra para essa atividade o indígena escravizado. A ação predatória do empreendimento espanhol dizimou a população nativa.

Diante do extermínio das populações indígenas que provocou a escassez da mão-de-obra nas plantações, passou-se a investir na exploração dos escravos vindos do continente africano:

Diante desta situação, começa a introdução do negro africano na Ilha em substituição da mão-de-obra escrava indígena. Em 1697, a Ilha que até então estivera sob domínio espanhol, passou para o controle da França; a partir deste momento São Domingos (que não era, ainda, Haiti) se torna uma das colônias mais ricas do Ocidente, chegando o comércio do açúcar produzido na ilha a representar dois terços de todo comércio francês (SOARES, SILVA, 2006, p. 2).

O processo de independência do Haiti está relacionado diretamente ao contexto de espoliação a que foram submetidos os escravos no chamado período colonial, como diz Prado e Pellegrino (2014, p. 15):

No período colonial, chama-se São Domingo se ocupava a porção ocidental da Ilha Hispaniola, enquanto a parte leste que também se denominava São Domingos, era colônia da Espanha. No século XVIII, representava uma colônia de extraordinária importância econômica para a França. Em 1789, era responsável por dois terços do comércio exterior do Império e o maior mercado individual do tráfico negreiro europeu. Para que uma minoria de senhores brancos pudesse manter o domínio sobre milhares de escravos, em 1790, somavam-se 465 mil sua subordinação baseava-se na brutalidade cotidiana e em punições exemplares, com requintes de perversidade.

O Haiti no contexto da colonização, se tornou uma região importante para os interesses econômicos europeu. No entanto, tal prosperidade econômica europeia, foi baseada na exploração do trabalho de milhares de seres humanos comercializados como mercadorias por meio daquilo que ficou conhecido como mercado do tráfico negreiro europeu.

De acordo com Soares e Silva (2006) no período de grande riqueza para a França, o Haiti acumulava uma população de 536 mil habitantes, sendo que deste total, 480 mil eram escravos, o que representava 90% de toda a população local, ou seja, um enorme contingente

de mão-de-obra trabalhando ininterruptamente para produzir riqueza para a sua metrópole. Do restante, apenas 56 mil (10%) da população era formada pela elite branca europeia. Assim, pode-se inferir o quão importante era, economicamente, São Domingos para a sua metrópole. O Haiti, foi a colônia que mais recebeu escravos provindos do continente africano. Ainda na perspectiva das autoras, a exploração dos africanos do Haiti foi uma das mais violentas. Esses, eram submetidos aos mais intensos castigos e punições que se tornaram cada vez mais cruéis e desumanos ao longo do processo de colonização daquela colônia.

No entanto, muitos escravos não assistiram passivos a esse contexto adverso e cruel. Desde o início do processo de exploração haitiana, os escravos promoveram lutas e resistência, em meio as estruturas de exploração colonial, conforme nos apontam Prado e Pellegrino (2014, p. 15)

O medo e a humilhação não impediram, porém, as fugas constantes, que multiplicavam os quilombos e os ataques de quilombolas às fazendas. No século XVII, a figura lendária de Mackandal, originário da Guiné, liderou um movimento que pretendia aterrorizar os brancos da colônia com técnica de envenenamento. Mackandal terminou traído, capturado e queimado vivo.

Na perspectiva das autoras, os escravos da colônia do Haiti promovem lutas e resistência que denotam seu protagonismo em meio a um contexto marcado pela violência e exploração. Ainda de acordo com as autoras, os escravos se utilizavam de várias estratégias de resistência, como as fugas para os quilombos que passaram a constituir como lugares estratégicos para a resistência organizada.

O protagonismo e a resistência dos negros, também foi fortalecido pela atuação de líderes como Maroon François Mackandak. Mackandak foi um escravo que também era conhecido como sacerdote Vodou. Este, organizou a primeira comunidade de escravos que fugiam das fazendas onde eram explorados nas plantações de açúcar e café. Este líder estabeleceu uma rede de organizações secretas entre os que fugiam das plantações. Posteriormente este contingente de escravos lideraram uma revolta entre os anos de 1751 a 1757. Embora tenha sido capturado pelos franceses e queimado numa fogueira no ano de 1758, as chamadas grandes milícias “Maroon”, continuaram a luta de resistência.

O movimento iniciado por Maroon François Mackandak inspirou como afirmamos anteriormente outros líderes negros que organizaram movimentos pela libertação, conforme sustenta Prado e Pellegrino (2014, p. 17):

François Dominique Toussaint, que mais tarde adotou o nome de Toussaint L’Ouverture (*abertura* em francês sinalizando algo de novo), vinha de uma linhagem de chefes da etnia aja na África [...] Quando eclodiu a revolta escrava em 1791, vivia com a esposa e os filhos na *plantation* Bredá, no norte da colônia [...] Os anos de 1790 e 1791 assistiram ao agravamento das tensões

entre as elites senhoriais e os homens livres não proprietários de terra. Em agosto de 1791, um acontecimento imprimiu novos rumos aos conflitos. Os escravos das fazendas açucareiras do norte de São Domingos, liderados por Toussaint L'Ouverture, levantaram-se contra seus senhores, exigindo melhores condições de trabalho nos canaviais e engenhos, com mais tempo livre para dedicar-se à própria roça. Assustados, os senhores de escravos de outras partes da ilha pediram ajuda à Inglaterra, que forneceu tropas para ocupar o sul e o oeste de São Domingos e reafirmar o controle sobre a população de milhares de escravos nessas regiões. Em 1803, apesar do êxito na captura de Toussaint, as tropas imperiais sofreram uma fragorosa derrota e foram expulsas da ilha [...] Jean-Jacques Dessalines, ex-escravo que acendera à patente de general de guerra nas fileiras de Toussaint L'Ouverture, assumiu o comando da luta. Em 1804, os libertos, vitoriosos, proclamaram a independência do Haiti [...] O Haiti tornou-se o primeiro e único país das Américas a associar a independência ao fim da escravidão.

O movimento protagonizado pelos escravos na colônia do Haiti continuou se fortalecendo na figura de outros líderes que herdaram a coragem e o anseio por libertação. Um desses líderes foi François Dominique Toussaint ou Toussaint L'Ouverture, que impulsionado pelas ondas das primeiras revoltas, liderou um movimento por melhores condições de trabalho nas fazendas de açucareiras do norte de Santo Domingos. O movimento de Toussaint L'Ouverture teve ampla repercussão na colônia.

De acordo com Soares e Silva (2006), Toussaint L'Ouverture assume o posto de líder da revolução ao se negar a aceitar um acordo que seria realizado entre os líderes dos rebelados e os senhores brancos, sabendo ele que, com esse acordo nada do que pretendiam seria conseguido, e que a pretensão da elite com a negociação era ganhar tempo para que pudessem organizar a repressão ao levante e seu conseqüente esmagamento. Colocando-se contra esta situação, em agosto de 1793 ele se proclama como representante e líder negro. A partir desse momento, liderados por Toussaint L'Ouverture, os haitianos continuam bravamente sua luta revolucionária.

A luta de Toussaint L'Ouverture continuou nas ações revolucionárias de Jean-Jacques Dessalines. Conforme apontou as autoras, Dessalines ganhou consciência pela libertação dentro do movimento que a muito tempo lutava contra os desmando e espoliações dos senhores donos das fazendas. Foi com Dessalines que finalmente, no ano de 1804, a colônia de São Domingos tornou-se independente e conseqüentemente proclamou-se o fim da escravidão dos negros que habitavam a mesma. Tal revolta foi um exemplo de revolução vinda de baixo e que proporcionou a destruição das estruturas de dominação que a séculos oprimia e exterminava indígenas e negros no chamado "Novo Mundo".

Para Soares e Silva (2006), a Revolução haitiana se transformara no maior movimento negro de rebeldia contra a exploração e a dominação colonial das Américas. O caso do Haiti

se torna singular, único a todo o continente. O país foi a primeira colônia latino-americana a conseguir a independência e abolição da escravatura sendo que todo processo de revolução e libertação foi conduzido pelos próprios escravos. Estes conseguiram, além da libertação de seu país, realizar também, a própria libertação. O acontecimento singular derruba por terra a ideia defendida à época pelas potências imperialistas de que as populações negras não pudessem se organizar por si só. Com a Revolução, o Haiti se torna a primeira república negra do mundo².

Uma outra revolta ocorrida foi a do Vice-reino do Peru. O Vice-reino do Peru desde o início do processo de colonização foi uma importante colônia conforme sustenta Prado e Pellegrino (2014, p. 12):

O Vice-reino do Peru estruturou-se a partir da capital fundada pelo conquistador Francisco Pizarro em 1535, a cidade de Lima. Pizarro concebeu o plano urbanístico de Lima como extensão do modelo das cidades espanholas [...] Próxima à costa do oceano Pacífico, distante de Cuzco, a antiga capital do Império Inca, Lima assumiu ares aristocráticos. Nela foi fundada a Universidade de São Marcos, no ano de 1551, existente até hoje. O conhecimento cultivado e transmitido por São Marcos seguia os padrões das universidades espanholas, como a de Salamanca, com o privilégio da filosofia escolástica [...] Também na capital estabeleceu-se, em 1543, uma sede da Real *Audiência*, órgão todo-poderoso da administração colonial relacionado aos assuntos jurídicos. Além de Lima, Panamá, Santa Fé de Bogotá, Charcas, Quito e Concepción, pouco mais tarde transferida para Santiago de Chile, foram as cidades então integrantes do Vice-reino do Peru a sediar a *Audiência*.

Conforme verificamos acima, o Vice-reino do Peru, foi estruturado pelos primeiros colonizadores espanhóis, a partir da cidade de Lima. De acordo com as autoras, esta cidade passou a ser exercer um papel fundamental para os espanhóis. Esta passou a ser o centro de importantes instituições educacionais, bem como de órgãos políticos administrativos fundamentais para a colônia. O esplendor de Lima, bem como de toda a empresa colonial espanhola, fora construído por meio da exploração e do extermínio das populações indígenas. Desse modo, os antecedentes da revolução no Vice-reino do Peru estão relacionados diretamente aos mecanismos de exploração das populações indígenas conforme pontua Prado e Pellegrino (2014, p. 12-13):

²Na sua obra: “Queda do escravismo Colonial”, mais precisamente no capítulo VI intitulado “O emancipacionismo revolucionário e o nascimento do Haiti”, Robim Blackburn faz uma abordagem paralela entre a Revolução Francesa e dos escravos no Haiti, enfatizando as influências entre ambas as revoluções. Desse modo, o autor proporciona uma discussão esclarecedora sobre o mais complexo e empolgante capítulo da libertação dos escravos nas Américas a Revolução do Haiti, equilibrando sua narrativa entre o abolicionismo metropolitano no contexto da Revolução Francesa e o movimento escravo na colônia de Santo Domingos. Cf. BLACKBURN, Robin, A queda do escravismo colonial 1776-1848. Trad. Maria Beatriz Medina. Ed. Record, Rio de Janeiro/São Paulo, 2002.

Desde o século XVI, após os primeiros tempos da conquista do Peru e de seu impacto destruidor para os habitantes dos antigos territórios incas, a Coroa espanhola esforçou-se para evitar o genocídio dos súditos americanos organizando os sobreviventes em povoados, os chamados *pueblos*, dotados de terra para o cultivo e de certa autonomia administrativa [...] A medida possibilitou uma considerável recuperação demográfica das populações indígenas e mestiças nos dois séculos que se seguiram. No Vice-reino do Peru, cada *pueblo* tinha o dever de pagar à Coroa o tributo indígena e de enviar certo número de moradores para o cumprimento da *mita*, ou seja, de um trabalho gratuito realizado durante uma temporada [...] do ano. Os braços recrutados eram utilizados principalmente nas minas de ouro e prata, que atiçavam o apetite e a imaginação da Europa moderna. Em 1545, foram descobertas as jazidas de prata de Potosí, na cordilheira andina do chamado Alto Peru, atual Bolívia. Situadas na região de Charcas, jurisdição do Vice-reino do Peru, as minas de Potosí receberam um enorme fluxo de índios Mitayos, recrutados para o trabalho temporário obrigatório. O trabalho envolvia não apenas a extração, mas também a fundição do minério, em fornos de elevadíssima temperatura. Para a tarefa de refinar a prata, que exigia maior especialização, também se recorria à mão de obra de escravos de origem africana [...] despeito de tanta abundância, em meados do século VXIII, a velha Espanha deu-se conta de que muitas das riquezas obtidas com a exploração dos recursos humanos e naturais americanos haviam sido drenadas para o pagamento de dívidas contraídas com a Inglaterra, país então a caminho da industrialização. No Peru, as autoridades vice-reinais endureceram o sistema de arrecadação tributária e adotaram medidas para fortalecer seu controle sobre a sociedade colonial. A reorganização abalou o *status* da nobreza indígena, dos curacas que até então haviam constituído um corpo distinto na sociedade do Antigo Regime espanhol. Para os índios comuns, a perda de poder por parte dos curacas fragilizou uma instância de proteção e negociação com que contavam em face das autoridades espanholas e dos *criollos*, ou seja, os descendentes de espanhóis nascidos na América. Os próprios curacas, de sua parte, ressentiram-se das mudanças em curso e alimentaram a utopia de restaurar o Império Inca. Essa imagem ajudou a alastrar pelos Andes a chama da rebelião iniciada por Tupac Amaru em 1780.

Dentro da própria estrutura da organização colonial foi possível constatar o protagonismo das populações indígenas do Peru. A organização das populações indígenas e mestiças em pequenos povoados denominados *pueblos*, foi uma estratégia dos colonizadores para conter o processo de extermínio das populações nativas que vinha ocorrendo desde à chegada destes ao famigerado “Novo Mundo”. Esse fato, aponta para a importância que estas populações tinham para o funcionamento das colônias. Conforme verificamos acima, todo o processo de exploração das matérias-primas, ouro e prata, das minas de Potosí, eram realizados pelos braços dos indígenas e dos mestiços.

As novas descobertas de minas e a ambição desenfreada dos colonizadores por ouro e prata, fizeram com que aumentassem a exploração das populações nativas por meio dos tributos e da chamada *mita*, que consistia no cumprimento de um trabalho gratuito realizado pelos indígenas durante uma temporada do ano para os colonizadores. Desse modo, a

mudança na política administrativa que contribuiu com o aumento da exploração, despertou nos atores sociais da colônia, ou seja, de indígenas, negros e mestiços, insatisfação e revolta³. Tal insatisfação foi mais evidenciada na figura dos *curacas*, que de acordo com as autoras, eram uma espécie de nobreza indígena que exerciam uma certa importância na sociedade do Antigo Regime espanhol.

A figura dos curacas também nos permite afirmar a existência do protagonismo indígena em meio às estruturas de exploração colonial. A perda da importância dos *curacas* como lideranças indígenas, de certa forma, provocava nos demais, um sentimento de fracasso, uma vez que estes tinham uma certa autonomia de negociar com as autoridades espanholas e com os *criollos*, a liberdade, bem como melhores condições de vida. Tal sentimento de fracasso e revolta, despertou em um curaca, Tupac Amaru, no ano de 1780, o anseio de lutar pela libertação:

O curaca vinha procurando de variadas formas solicitar às autoridades vice-reinais o fim do cumprimento da *mita* pelos índios de Tinta nas distantes minas de Potosí. Viajou a Lima, nas terras baixas que margeiam o oceano Pacífico, para expor à Audiência Real a desproporção entre o número de habitantes de Tinta e o número de *mitayos* requisitados para o trabalho em Potosí. Os índios levavam meses para alcançar o lugar caminhando, adoeciam e desfalcavam o labor agrícola em seus *pueblos* de origem [...] Diante das seguidas negativas recebidas, o cacique escolheu o caminho da insurreição. Em 4 de novembro de 1780, o corregedor de Tinta, Antônio de Arriaga, foi capturado e enforcado em praça pública, após a leitura de um documento que justificava a punição exemplar de um funcionário vice-reinal conivente com os abusos impingidos aos índios. A partir de então, a multidão que aderiu ao movimento marchou em direção a Cuzco, invadindo *obrajes*, isto é, as oficinas de produção têxtil existentes no mundo colonial, que impunham aos trabalhadores condições de vida opressivas. Em pouco tempo, os insurretos somavam milhares, entre índios, mestiços e negros traficados como escravos para o Peru colonial [...] Já excomungado pela Igreja, Tupac Amaru alcançou os limites da antiga capital inca no dia 2 de janeiro de 1781, acompanhado de cerca de 40 mil homens. As tropas realistas, entretanto, adensadas pelos reforços vindos de Lima, conseguiram resistir. Os rebeldes recuaram para Tinta, para se reorganizarem, enquanto Tupac Amaru procurava negociar com o enviado da Coroa a Cuzco, o visitador Areche, e convencê-lo da legitimidade de suas reivindicações. No mês de abril, um cerco dos realistas

³ As discussões a respeito dos impactos das reformas borbônicas nos movimentos emancipatórios no Vice-reino do Peru, podem ser verificados no texto de John Linch: “As origens da independência na América Espanhola”. Para este autor, as reformas na Espanha dos Bourbons, inicia na segunda metade do século XIX. Esta reforma, tinha como objetivo modernizar a economia e as instituições espanholas. Com o intuito de aumentar a questão da produtividade, buscou-se na ideia dos fisiocratas, no mercantilismo, no liberalismo econômico e na própria ilustração, as bases teóricas para tais reformas. A meta principal para era reformar as estruturas já existentes, e o objetivo econômico era desenvolver a agricultura mais do que estimular a indústria. Essas mudanças no campo político-administrativo, econômico e social impactaram diretamente na vida dos atores sociais no Vice-reino do Peru que reagiram com veemência diante de tais reformas. Cf. LINCH, John. As origens da independência na América Espanhola. In: BETHELL, Leslie. História da América Latina: Da independência até 1870. Trad. Maria Clara Cescato, Vol. III, 1. Ed. Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

provocou muitas baixas entre os rebeldes e obrigou Tupac Amaru e seus colaboradores mais próximos a se retirarem para o sul. No trajeto, sofreram uma emboscada e foram capturados. Conduzidos a Tinta, chegaram à cidade em tempo de assistir ao enforcamento de outros 70 caciques capturados. De lá seguiram para Cuzco, o umbigo do antigo Império Inca, agora palco para o espetáculo da morte de um curaca que acenava com a utopia de restaurar o passado glorioso, de um tempo anterior à chegada dos espanhóis. (PRADO, PELLEGRINO, 2014, p. 13-14)

Tupac Amaru, não fugiu das suas obrigações de liderança indígena. Diante da realidade de opressão cada vez mais intensa, o curaca de todas as formas procurava negociar o fim das políticas administrativas metropolitanas nocivas para as populações indígenas no Vice-reino do Peru. No entanto, diante das inúmeras respostas negativas, Tupac Amaru partiu para o caminho da luta organizada pela libertação. Mas o curaca insurreto não estava sozinho nessa luta.

Diversos atores sociais subalternos⁴ que constituíam a colônia como as populações indígenas, mestiços e negros, se juntaram no movimento pela libertação. A partir daí diversas ações como assassinatos de funcionários reais, a invasão de oficinas têxteis, espalhavam o medo entre os colonizadores espanhóis ao mesmo tempo que encorajava os revoltosos na adesão do movimento que se expandia cada vez mais ao longo do Vice-reino do Peru. Apesar de um aparente sucesso, o movimento liderado por Tupac Amaru foi sufocado pelas tropas realistas e o curaca que sonhava com a restauração de uma sociedade justa e igualitária vivenciada pelos primeiros indígenas foi cruelmente assassinado.

No entanto, o movimento de Tupac Amaru inspirou outros movimentos que lutaram pela libertação na América Latina conforme sustentam Prado e Pellegrino (2014, p. 14-15):

A rebelião de Tupac Amaru teve repercussões importantes para todo o mundo colonial. Muitas das prerrogativas reservadas à nobreza indígena no Vice-reino do Peru foram suspensas. Quando, três décadas mais tarde, a Espanha foi invadida pelo exército de Napoleão Bonaparte e as colônias hispano-americanas começaram a movimentar-se para alcançar sua independência, as elites peruanas se opuseram à possibilidade, temendo fragilizar sua posição perante as massas indígenas, que já haviam dado mostras de seu poder de insurreição. O Peru acabou emancipado da Espanha especialmente por obra da intervenção das tropas de San Martín, vindas da atual Argentina, e de Simón Bolívar, vindas das atuais Venezuela e Colômbia.

⁴ Cadernos do cárcere, Gramsci trabalhou com a noção de classes e grupos subalternos, conceito que vem sendo utilizado pelas Ciências Sociais e pela Historiografia atual. De forma correlata, apresentam-se os problemas do senso comum, do folclore e da religião. É importante questionar as implicações teóricas e políticas da elaboração de Gramsci, contextualizando-a no conjunto de sua produção teórico-política, até para que se conteste o uso corrente desse conceito e sua efetiva relação com Gramsci ou quanto pode esse autor ser considerado atual para a interpretação das condições das lutas sociais no capitalismo contemporâneo. GRAMSCI, A. 1964. Per la verità : scritti (1913- 1926)

A revolta de Tupac Amaru além de inspirar outros movimentos revolucionários na América Latina, também poder ser apontando como um fator demonstrativo do protagonismo das populações indígenas no mundo colonial. Desse modo, os indígenas não assistiram passivos ao contexto de exploração imposto pelos colonizadores. Do contrário, desde o início do contato com os exploradores europeus, as populações indígenas promoveram lutas e elaboraram estratégias de resistência que impactaram diretamente as estruturas de dominação colonial, e possibilitaram a abertura para movimentos mais complexos e organizados pela independência das colônias na América Latina.

Da mesma forma, os escravos também foram atores sociais ativos na luta pela sua libertação nas colônias latino americanas. Assim, o medo negro e indígena despertou nos colonizadores europeus uma angústia sempre crescente de uma revolução vinda de baixo. Apesar de muitos movimentos de indígenas e escravos terem sido sufocados, permaneceu o exemplo inspirador de que era possível uma revolução subalterna, que destruiria as estruturas de dominação colonial e instauraria na América Latina uma sociedade justa, sem escravidão e exploração tal qual as sociedades antigas indígenas viviam. Desse modo, as revoltas de indígenas e escravos tanto no Vice-reino do Peru, quanto no Haiti possibilitaram a emergência de outros movimentos no século XIX que foram imprescindíveis para a independência de outras colônias na América Latina. Tais movimentos serão objeto de estudos nos próximos subtópicos.

2.3 Independência na América Latina no século XIX: O caso do Paraguai

O presente subtópico tem como objetivo abordar o processo de independência do Paraguai. Este, foi uma das primeiras colônias da Espanha na América do Sul a proclamar sua independência na primeira metade do século XIX.

A região que é hoje o Paraguai foi colonizada pelos espanhóis a partir do século XVI. Os espanhóis criaram vilas e fundaram a cidade de Assunção, que se tornou um dos principais centros coloniais da Espanha na América do Sul. No ano de 1776, a Espanha preocupada com a questão da expansão portuguesa na América do Sul, criou o Vice-reino da Prata conforme sustenta Santos (2014, p. 130):

A Espanha por volta de 1776, estava preocupada com a expansão portuguesa na América do Sul, principalmente na região platina. Então tornava necessário a tomada de atitude por parte daquele reino, a fim de conter uma possível investida lusa nesta região. Como a expansão portuguesa era cada vez maior o governo espanhol criou o Vice-Reino do Rio da Prata com sede em Buenos Aires.

Dessa forma, um dos fatores que contribuíram para o processo de independência foi justamente a criação dessa região geopolítica que unia juridicamente a Argentina, o Paraguai, o Uruguai, a Bolívia, o norte do Chile e até os atuais estados brasileiros de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A capital administrativa do vice-reino ficou em Buenos Aires, fator que deixou descontente os paraguaios, pois Assunção perdeu importância e relevância política. O processo de independência do Paraguai ocorreu da seguinte forma de acordo com Cotas (2019, p. 14-15):

Paraguai se independentizou de Espanha em 1811 e se declarou República em 1813. Nesse processo, decidiu não aderir nem à nascente República da Argentina, nem ser incorporado pelo Reino do Brasil, nem voltar à órbita colonial espanhola. Buenos Aires reivindicava sua primazia por ser a capital do até então Virreinato do Rio da Prata, do qual Paraguai era parte junto com os territórios dos atuais países de Uruguai e Argentina. O Brasil, desde séculos atrás, vinha avançando em territórios coloniais espanhóis com as Bandeiras que capturavam indígenas para escravizá-los nas regiões que depois viriam a ser o Paraguai independente. Isto é, em seu processo de independência, o Paraguai se separou de três centros de poder: da Espanha que, ocupada pelas tropas de Napoleão, tinha se precipitado na decadência imperial; de Buenos Aires, cuja nascente burguesia mercantil tentava se impor às províncias do interior (entenda-se também o Paraguai, considerado como tal); e do Rio de Janeiro, onde tinha chegado Dom João VI, transferindo a capital do seu reino, em 1808, ao fugir dos exércitos franceses. Simplificando, podemos dizer que a independência, assim como a sujeição a cada um desses três centros, constituiu-se em opções políticas que se digladiaram por algum tempo em Assunção. Aliás, a independência foi provocada pelo envio, em finais de 1810, de um exército portenho para impor à província do Paraguai a autoridade de Buenos Aires no processo de independentização. A derrota desse exército em duas batalhas acabou acirrando um sentido de autodeterminação entre a população mestiça paraguaia.

Conforme verificamos acima, a independência do Paraguai foi considerada como um movimento inspirador para as demais colônias na América Latina. A região que hoje corresponde ao Paraguai também sofreu com a exploração com os diversos processos de exploração desde a chegada dos primeiros colonizadores na região. As populações indígenas que habitavam a região, sofreram na pele com a ação dos exploradores em busca das matérias-primas, escassa na região, mas rica em mão-de-obra humana, ou seja, indígena.

De acordo com Cotas (2019) no território sem minas de ouro ou prata, a principal fonte de riqueza era o trabalho dos indígenas. Mas desde o do século XVI e até sua expulsão em 1767, a mão de obra indígena foi em larga medida monopolizada pelas “Reduções Jesuíticas”, uma organização da produção e do comércio sob controle da Companhia de Jesus, em territórios lindantes das colônias portuguesa e espanhola na América do Sul, em grande

parte no que é hoje o Paraguai. Ao longo desses quase 200 anos houveram várias batalhas e enfrentamentos entre Bandeiras paulistas à caça de escravizar indígenas e exércitos indígenas liderados pelos jesuítas. A população das “Reduções” também cresceu devido à ameaça que sofriam os indígenas por parte dos paulistas. Com essa população, a riqueza das “missões”, no caso do Paraguai, se fez em detrimento das pretensões econômicas dos espanhóis e seus descendentes de Assunção e outras pequenas cidades.

A revolução pela independência do Paraguai representou um movimento pela libertação das estruturas de dominação colonial que a séculos submetia os atores sociais que constituíam a colônia. Podemos afirmar que a independência do Paraguai se configurou como uma verdadeira revolução. Foi uma revolução de fato porque o Paraguai almejou uma libertação total da República da Argentina, das imposições do Reino do Brasil e da metrópole espanhola. Desse modo, ao fazerem a opção pela separação desses três centros de poder, os paraguaios partiram para a ação enfrentando as tropas provenientes dos três centros que pretendiam a todo custo, ter influência sobre o território e população paraguaia. O processo de independência do Paraguai teve os seguintes desdobramentos:

Entre 1811 e 1814 ocorreram várias disputas políticas em torno da independência e da declaração da República, cujo ponto final se deu em um Congresso composto por delegados de todo o território ao elegerem o “Ditador Provisório” José Gaspar Rodríguez de Francia (1766-1840). Era um advogado que tinha estudado na Universidade de Córdoba, Argentina, um *jacobino* nos trópicos. Essa eleição teria sido resultado de acordos políticos entre França e pequenos produtores rurais e urbanos, contrários à prepotência e pretensões dos comerciantes portenhos e seus aliados locais. Dois anos depois, outro Congresso o nomearia “Ditador Perpétuo”, título com o qual governou até 1840, quando faleceu (CODAS, 2019, p. 16)

A independência da região que hoje é compreendida como o Paraguai, se deu por um meio de um longo processo de lutas e revoluções. Conforme verificamos acima, a realização de Congressos e que se discutiam a questão da independência, foi um fator determinante para que os atores coloniais do Paraguai se conscientizassem na necessidade de um projeto de libertação dos centros de dominação. A figura de José Gaspar Rodríguez de Francia que foi um importante político Paraguaio, prevalece na historiografia como central na independência do Paraguai. Foi esse político que intermediou as negociações com os centros de dominação que tiveram como consequência a autonomia do Paraguai.

No entanto, outros atores sociais considerados como mestiços, “A derrota desse exército em duas batalhas acabou acirrando um sentido de autodeterminação entre a população mestiça paraguaia” (CODAS, 2019, p. 15), participaram efetivamente das muitas lutas, congressos e conspirações, que resultaram na libertação daquele que promoveu uma

verdadeira libertação no continente latino americano num contexto em que se multiplicavam iniciativas libertárias. A região que hoje é compreendida como Argentina, também promoveu lutas que resultaram na sua independência. Desse modo, no próximo subtópico, analisaremos os desdobramentos que resultaram na independência da Argentina.

2.4 O processo de independência da Argentina

No presente subtópico trataremos da questão do processo de independência da Argentina. A região que entendemos hoje como Argentina também foi marcada por um longo processo de colonização. A atual Argentina localizava-se no vice-reinado do Rio da Prata. Nesta colônia, a Espanha estruturou órgãos e instituições administrativas como as *audiências* e os *cabildos*.

As *audiências* possuíam uma função jurídica, enquanto os *cabildos* se configuravam como câmaras municipais que tinham uma função administrativa e legislativa. Estes órgãos eram compostos por indivíduos que desempenham um papel preponderante na colônia. Tais atores sociais eram os *chapetones*, espanhóis que viviam na América, e os *criollos*, que eram os filhos de espanhóis nascidos na América, como salientamos anteriormente. Desse modo, muitas problemáticas impostas pela metrópole, como por exemplo, a cobrança de impostos cada vez mais elevados, eram discutidos nesses órgãos administrativos, e por esses atores sociais, que tiveram um papel relevante nas revoltas que resultaram na independência da Argentina.

As estruturas e mecanismos de dominação colonial estiveram presentes na Argentina desde a chegada dos invasores europeus. Estes mecanismos e estruturas começam a ser confrontados nos primórdios do século XIX. O processo de libertação da Argentina, que no contexto do século XIX, compreendia a região denominada de Rio da Prata, começou a se efetivar com a invasão do Ingleses no início deste mesmo século. Desse modo, a Inglaterra em crise na Europa, se deslocou para a América Latina tentando se apropriar de antigas áreas de dominação espanhola.

De acordo com Brizuela (2018) as invasões britânicas a Buenos Aires ocorridas em 1806 e 1807 são produto da extrapolação do conflito europeu entre Inglaterra, Espanha e França em terras platinas e da necessidade expansiva do capitalismo ultramar, onde o comércio e as diferentes consequências das revoluções europeias, como a francesa, de ordem

política, e da inglesa de ordem científico-tecnológica, adicionam a toda essa lógica elementos interessantes para se pensar questões tão presentes na Economia Política Internacional, a partir da perspectiva histórica da Bacia do Rio da Prata.

Podemos afirmar também que o contexto político, econômico e social internacional tinha influencia diretamente nos atores sociais da colônia. No entanto, a colônia também era influenciada por conflitos internos que ditaram os rumos da mesma. Mäder (2009) afirma que apesar das dificuldades de comunicação e das imensas distâncias físicas, esta sincronização revelava não só ecos dos acontecimentos externos, mas também o surgimento no interior da elite colonial de diversos, e muitas vezes contraditórios, posicionamentos e projetos políticos que visavam responder aos desafios impostos por este contexto político.

No caso dos atores sociais da região do Rio da Prata, a dominação inglesa traria um cenário de desvantagem e exploração, uma vez que a Inglaterra estava interessada somente no lucro a todo custo. Desse modo, os *criollos*, se organizaram e organizaram a resistência contra os exploradores ingleses, tendo o total apoio da massa popular, que passou a ter uma leitura crítica dos acontecimentos internos e externos, partindo para luta contra os invasores ingleses.

Passada a resistência contra os exploradores ingleses, os atores sociais do Rio da Prata, tornaram-se colônia efetiva espanhola. A libertação do domínio espanhol se efetivou posteriormente com a ação de San Martín na primeira metade do século XIX.

De acordo com Prado e Pellegrino (2014) San Martín recebia regularmente notícias de Buenos Aires, onde, a partir de 1810, havia começado o movimento pela independência. Como membro de uma sociedade secreta que defendia as ideias liberais, estava convencido de que era preciso combater o Antigo Regime. Assim, em 1812, decidiu abandonar sua carreira na Espanha e dirigir-se ao Prata. No próprio ano de sua chegada, com patente de tenente-coronel, assumiu o comando de um regimento que venceu os espanhóis na batalha de São Lourenço. A independência das Províncias Unidas do Rio da Prata foi proclamada em Tucumán em 9 de julho de 1816.

Desse modo, a independência da Argentina se configurou como um processo complexo cujos desdobramentos se deram à longo prazo. Nesse processo, não somente a elite, mas também, os subalternos, ou seja, indígenas, escravos e outros também foram os protagonistas, seja nas lutas e batalhas contra o colonizador:

Valores como bravura e a defesa do território em nome de sua Majestade Católica foram acionados por alguns negros com a finalidade de sair da escravidão. No processo de independência não foi muito diferente. O uso de negros escravizados nas tropas, fossem elas formadas exclusivamente por negros ou lideradas pelas elites criollas, e a liberdade era vista como moedas de troca – seduziu muitos cativos ao passo que também desestruturava as

bases do domínio estabelecida por seus senhores [...] Embora houvesse dificuldades em torno do resgate dos escravos, esta era uma forma de obter um número expressivo de homens para compor as tropas revolucionárias. Nesse sentido, o projeto era positivo. Defender a pátria era fundamental, ainda que uma das moedas de troca para isto fosse a liberdade dos escravos. As guerras pela independência no Rio da Prata erodiam as bases da escravidão., embora houvesse resistência por parte dos senhores. Viajantes da época, como Emeric Vidal, observavam que este projeto de resgate era benéfico, expressão da benignidade portenã para o fim da escravidão (ACRUCHE, 2019, p. 10-14)

O processo de independência daquilo que compreendemos hoje como Argentina, contou a presença da população negra da colônia, ou seja, os escravos. No entanto, os escravos não participaram de forma voluntária dos conflitos, mas viram este como possibilidade de alcançar a liberdade. Verificamos, nesse sentido, o protagonismo negro, na medida em que, elaboravam diversas estratégias de resistência em meio às estruturas de dominação na colônia.

A independência da Argentina, envolveu um complexo série de fatores de cunho externo e interno. Além desses fatores, verificamos a participação efetiva de outros atores sociais considerados subalternos no processo de emancipação da colônia, contrapondo a visão que somente uma pequena elite foi protagonista do processo. A luta pela independência não somente da Argentina, mas das outras colônias na chamada América espanhola, se configurou por essa complexa e intrincada rede de fatores e de diferentes atores sociais com seus interesses próprios, mas tendo em comum, o anseio pela liberdade. Dessa forma, no próximo subtópico, trataremos do processo de independência da Venezuela que se configurou por essa complexa e intrincada rede de relações presentes nas colônias espanholas na América do século XIX.

2.5 O processo de independência da Venezuela

O presente subtópico terá como objetivo abordar a questão do processo de independência da Venezuela. A região que hoje conhecemos como Venezuela, começou a ser colonizada a partir do século XVI pelo Império Espanhol. No século XIX, a colônia espanhola era chamada de Capitania Geral da Venezuela. Tal colônia era constituída por uma diversidade de atores sociais conforme nos apontam Dancini e Melo (2016, p. 116):

A estratificação social da Capitania Geral da Venezuela para o ano de 1800, segundo Federico Brito Figueroa (1979: 160) resumia-se em: “brancos espanhóis 12.000 (1,3%); brancos americanos, também chamados de *criollos*, 127.727 (19,0%); pardos 2 407.00 (45%); negros livres e *manumisos* 33.362 (4,0%); Negros escravos 87.800 (9,7%); negros *cimarrones* 24.000 (2,6%); índios tributários 75. 564 (8,4%); índios não tributários 25.590 (3,3%); população indígena isolada 60.000 (6,7%)

No século XIX, a Capitania Geral da Venezuela era composta em suma maioria por uma população nativa, bem como uma população considerada subalterna como os negros e indígenas. Para Dancini e Melo (2016) esses números são importantes para se entender o fato de que não era muito difícil haver uma rebelião popular generalizada, quando se analisa a estratificação social venezuelana para o momento da proclamação da república e da independência.

Os acontecimentos internacionais que afetavam a metrópole, bem como os que transcorriam internamente contribuía diretamente para com o processo de emancipação da Capitania Geral da Venezuela:

A invasão da Espanha por Luis Bonaparte e a deposição de Fernando VII do trono, em 1808, aceleraram o processo de ruptura entre a Metrópole e suas colônias na América. Na Venezuela, os estratos sociais dominantes – *criollos* – agiram rapidamente para garantir certa autonomia política diante da vacância no trono. A investida de Luis Bonaparte para levar seu irmão ao trono também contribuiu para que, tanto na península como nas colônias, surgisse o sentimento de defesa contra a forte possibilidade da dominação francesa sobre o território hispânico. Todo o movimento político venezuelano em defesa dos direitos de Fernando VII, e posteriormente, para a ruptura radical com a Espanha foi controlado pelos grandes proprietários de terras e escravos (DANCINI, MELO 2016, p. 117)

O contexto europeu da primeira metade do século XIX, marcado pela crise gerada pela expansão geopolítica francesa, contribuiu diretamente para o declínio das estruturas de dominação espanhola implantada no “Novo Mundo”, desde o início do processo de invasão. Apesar da distância entre a colônia e a metrópole, estas notícias alimentam o desejo de libertação dos diversos atores sociais, que por muito tempo sofriam com os abusos e espoliações espanhola. Conforme apontaram os autores, as ações que contribuía para com o processo de emancipação da Venezuela foram realizadas não somente por uma pequena elite local detentora de certos privilégios, mas também por escravos. Tal processo transcorreu da seguinte maneira:

A proclamação de independência, ocorrida em 5 de julho de 1811, foi a síntese de um movimento político que, desde 1808, havia mobilizado, principalmente nos centros urbanos, todos os interesses sociais daquela complexa sociedade com traços estamentais e de castas. Por um lado, os *criollos* almejavam a autonomia política e a instauração do livre comércio com países europeus, ao mesmo tempo em que não cogitavam perder seus privilégios jurídicos e políticos garantidos, no período colonial, pela proibição da mobilidade social dos pardos e negros livres e pelo sistema escravista. Por outro, todo o estrato de pardos, negros livres e escravos, que continha mais de 60% da população, via em todo aquele processo a possibilidade de garantir a liberdade e a igualdade que há tempos almejavam (DANCINI, MELO 2016, p. 117)

Afirmamos anteriormente, que o processo de emancipação das colônias hispânicas foi complexo e realizado pelos diversos atores sociais locais com seus diferentes interesses. Desse modo, para os *criollos*, a separação da metrópole representaria a possibilidade da emancipação política e a manutenção do status social e privilégios jurídicos e políticos. Já para aqueles segmentos da população considerada subalterna e marginalizada dos direitos sociais e políticos, a independência representaria a possibilidade de liberdade e igualdade direitos secularmente negados.

Desse modo, como em quase todos os processos de independência, a elite *criolla* esteve à frente dos movimentos na pessoa de alguns líderes que “dentro desse amplo caso, as lideranças militares que comandaram os exércitos insurgentes desempenharam papel importante” (PRADO, PELLEGRINO, 2014, p. 15). No caso da Capitania Geral da Venezuela, o movimento de insurgentes foi comandado por Simón Bolívar⁵, que teve a seguinte atuação no processo e emancipação da colônia:

As vitórias e derrotas das forças rebeldes lideradas por Simon Bolívar, no norte da América do Sul, demonstravam a dificuldade da Espanha em vencer os rebeldes e os obstáculos que estes enfrentavam para manter as conquistas. Depois da restauração de Fernando VII, como já foi indicado, chegou a Nova Granada a grande expedição do general Pablo Morillo para reconquistar os territórios perdidos. A repressão foi muito violenta, indicando, num primeiro momento, que esta era a estratégia correta. Mas a resistência rebelde também se adensou, alimentada por insatisfação crescente frente às arbitrariedades das forças realistas. Bolívar e seus generais reorganizaram os exércitos e iniciaram a virada no tabuleiro da guerra, prometendo a alforria aos escravos que se alistassem e terra aos soldados do exército. Do mesmo modo que San Martín, Bolívar atravessou os Andes para lutar contra os espanhóis, tomando Bogotá. No final de 1819, foi proclamada a independência do Vice-reinado de Nova Granada e a união de todas as províncias na república da Grã-Colômbia, sendo Bolívar o primeiro presidente. Pouco tempo depois, em 1821, a Venezuela conquistava a independência depois da vitória na famosa batalha de Carabobo (PRADO, PELLEGRINO, 2014, p. 32).

Não temos dúvidas que a liderança de Simon Bolívar foi de suma importância nos movimentos insurgentes que desencadearam a emancipação da Venezuela. No entanto, também não podemos esquecer e reafirmar a importância dos demais segmentos sociais nos conflitos e batalhas pela liberdade. Nesse sentido, a revolução que estava sob a liderança de Bolívar só alcançou êxito com a participação de um grande contingente de escravos. Tais atores sociais foram protagonistas, na medida em que, como condição de participação nos

⁵ “Nasceu em Caracas, em 24 de julho de 1783, filho de uma rica e tradicional família de fazendeiros de cacau. Órfão desde muito cedo, foi criado pelo avô, que lhe proporcionou uma esmerada educação de inspiração liberal entregue ao lendário e radical preceptor Simón Rodríguez. Como era comum entre os *criollos* mais ricos, viajou várias vezes à Europa, tendo passado por França, Itália e Espanha. Neste último país, casou-se com Maria Teresa dei Toro que, após oito meses de casada, faleceu em terras venezuelanas, de febre amarela, para grande desgosto do marido” (PRADO, PELLEGRINO, 2014, p. 31).

conflitos negociaram o direito de serem tornarem livres. No entanto, mesmo depois da emancipação da metrópole, esse segmento de população subalterna, permanecia na mesma situação de miséria e exploração:

Ao término da guerra, a oligarquia proprietária de terras e escravos continuou dominando a cena política da nascente república e se recusou até mesmo a distribuir pequenas propriedades de terras aos soldados que haviam participado do exército patriótico. Esta atitude representou a continuidade e o aprofundamento do problema social que envolvia os setores pardo livre e os negros livres e escravos. Por isso, a insurreição camponesa de 1846 pode ser considerada como continuidade dos conflitos entre os *criollos* e os estratos populares. Um conflito que a guerra de independência não foi capaz de resolver ou mesmo minimizar, mas que, pelo contrário, ajudou a aprofundar (DANCINI, MELO 2016, p. 120).

A emancipação da colônia, não necessariamente representou uma melhoria para os segmentos sociais que ainda não gozavam dos direitos sociais e políticos e eram socialmente marginalizados. De acordo com Dancini e Melo (2016) a conquista da independência não trouxe mudanças para a vida da maior parte dos trabalhadores do campo e das cidades, os quais continuaram a se submeter aos ditames dos grandes proprietários de terras.

Tais atores sociais eram escravos, negros livres e *llaneros*, estes últimos eram moradores da região chamada *llano*, comparável aos pampas brasileiros. Na história da revolução da Venezuela, esse seguimento da população que lutou bravamente nas batalhas de independência, continuou protagonizando lutas pela liberdade e o fim da opressão social. Na maioria das vezes estas lutas foram sufocadas pela oligarquia venezuelana. No entanto, a perseverança dos segmentos da população considerada subalterna, apontou que estes foram atores sociais ativos na construção da sua cidadania no contexto da colonização da Venezuela. Tal perspectiva, também aponta a quebra daquele paradigma historiográfico de que somente a uma pequena elite foi a protagonista das independências na América espanhola, e o povo, ou seja, a maioria apenas assistiu passivos os desdobramentos dos acontecimentos emancipatórios. Pelo contrário, os segmentos populares participaram ativamente e lutaram antes, durante e depois das lutas que promoveram a independência dos países e nações sul-americanas⁶.

⁶ Leon Pomer em sua obra: “As independências da América Latina”, faz uma análise mais complexa sobre os processos de independência do Paraguai, Venezuela e Argentina. Cf. POMER, Leon. As independências da América Latina. Ed. Brasiliense, São Paulo, 2007.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegarmos ao final do presente trabalho, se faz necessário retomar alguns pontos importantes discutidos ao longo do mesmo. Primeiramente as análises sobre a trajetória e o conceito da palavra revolução nos apontaram para as diversas transformações que o termo passou ao longo da história. A palavra revolução tem sua origem na expressão em latim *revolutio,ónis*, que significa "ato de mexer ou revirar". Numa perspectiva histórica, revolução é uma grande transformação política, econômica ou social que ocorre num determinado país ou numa sociedade ou período histórico. o termo passou por diversas transformações ao longo da história, bem como no meio acadêmico. Nesse sentido, as transformações semânticas de revolução acompanharam as mudanças que ocorreram e ocorrem no seio da história da própria humanidade. A palavra nesse sentido, acompanhou a própria vida ou existência humana.

A história da América Latina foi marcada por muitas revoluções. Aqui a palavra revolução adquiriu diversos significados ao longo da história do continente. Diante da ótica do conservadorismo e do continuísmo, a ideia de revolução não passou apenas de uma palavra. Com os avanços historiográficos de cunho revisionistas, novos rumos foram construídos na dinâmica dos processos que resultaram na independência das colônias no continente latino americano. Nesse sentido, as revoluções na América Latina passaram a ser vistas como processos complexos onde fatores externos e internos foram decisivos para o desligamento ou emancipação das colônias frente ao domínio metropolitano. Nestes processos revolucionários, não somente a elite colonial foi protagonista ou esteve à frente das revoltas e conflitos, mas a participação de segmentos populares considerados subalternos como os escravos, os indígenas e mestiços foram fundamentais para o sucesso dos movimentos que culminaram na independência das colônias latino americanas.

No final do século XVIII e início do XIX o mundo colonial latino americano passou por muitas agitações. Na colônia de São Domingos, região que hoje é compreendida como Haiti, um movimento liderado por ex-escravos, passou a lutar contra as explorações desumanas nas grandes fazendas de café e açúcar. A luta dos negros da colônia de São Domingos foi longa e permeada de fracassos e vitórias, com o sacrifício de milhares de negros que lutaram até as últimas consequências pelo direito à liberdade. Este direito se concretizou no ano de 1808, quando a colônia de São Domingos se torna independente da França ao mesmo tempo que se proclamou o fim da escravidão dos negros que habitavam a

colônia. O Haiti foi a primeira nação a se tornar independente na América Latina, bem como a abolir a escravidão.

No mesmo período histórico, no chamado Vice-reino do Peru, lideranças indígenas revoltadas com espoliação, bem como com a perda de privilégios seculares, iniciaram uma revolta com a participação de um grande contingente de atores sociais, sendo que em sua maioria, constituída por populações indígenas. A revolta no Haiti e no Vice-reino do Peru foram exemplos de revoluções “vindas de baixo”, ou seja, por populações consideradas subalternas no mundo colonial, e que a historiografia oficial relegou ao segundo plano, considerando-as como expectadores passivos nos processos de independência latino americanos. Do contrário, os indígenas, negros e mestiços no contexto do mundo colonial latino americano, juntamente os outros atores sociais, lutaram juntos na emancipação das colônias que seriam as futuras nações constituintes da chamada América Latina.

Os processos de independência do Haiti, do Vice-reino do Peru, do Paraguai, da Argentina e da Venezuela, despertaram nossa curiosidade investigativa por apresentarem as características do conceito revisionista de revolução entendida como um ato radical de transformação de uma dada realidade. Conceito que analisamos no primeiro momento do presente trabalho. Tais processos foram entendidos pelos estudos historiográficos como complexos cheio de tramas, disputas, conflitos, traições, mas que são importantes e nos inseriram no conhecimento de uma história narrada a partir do nosso próprio ponto de vista.

As revoluções ocorridas nessas regiões que fizeram parte da chamada América espanhola foram influenciadas por fatores externos, mas também os acontecimentos nas colônias foram fundamentais para a deflagração dos movimentos emancipacionistas. Os diversos atores e segmentos sociais, atentos às transformações que ocorriam a partir da metrópole, sentiram a necessidade de questionar e transformar estruturas de dominação seculares que naquele contexto histórico oprimiam e marginalizavam cada vez mais. Acreditamos assim, que o presente trabalho é uma pequena contribuição no campo da história da América Latina cujos estudos e contribuições são vastos e imprescindíveis na compreensão da nossa identidade enquanto latino americanos.

REFERÊNCIAS

- ACRUCHE, Ferreira Hevelly. **O Rio da Prata, a independência e a abolição: perspectivas de liberdade dos escravos no além-fronteira**, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S2178-149420190001000004>.
- BRIZUELA, EMILSE LAURA. **Repesando as invasões britânicas a Buenos Aires sob perspectiva na Economia Política Internacional**. Revista Oikos, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 42-54, 2018.
- CODAS, Gustavo. **Paraguai**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.
- DANCINI, Alex de Novais. MELO, José Joaquim Pereira. **O caudilhismo venezuelano e suas implicações para a Revolução Bolivariana**. 2016.
- FURET, François. **Pensando a Revolução Francesa**. Rio de Janeiro, paz e Terra, 1989.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOUVÊA, Maria de Fatima Silva. **Revolução e Independências: Notas sobre o Conceito e os Processos Revolucionários na América Espanhola**. Estudos Históricos, 1997
- MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá. **Revoluções de Independência na América Hispânica: uma reflexão historiográfica**. Revista de História 159, p. 225-241, 2008.
- PRADO, Maria Ligia. PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. São Paulo, Contexto, 2014.
- RUBIANO, Mariana de Mattos. **Revolução em Hannah Arendt: Compreensão e História**. Tese (Doutorado em Filosofia) Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- SANTOS, Valdemar Alves dos. **A quem interessou a Guerra do Paraguai?** Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro Universitário Unieuro. UNIEURO, Brasília, número 13, p. 129-158, 2014.
- SILVA, Ricardo Oliveira. **Revolução, história e tempo**. Rev. História: Debates e Tendências. V. 15, N. 1, jan/jun. p. 251-267, 2015.
- SOARES Ana Loryn. SILVA Elton Batista da. **Revolução do Haiti: um estudo de caso (1791-1804)**. Ameríndia, ano 1, V. 1, 2006.
- SOUZA, Sergio Rodrigues de. O que diferencia, de fato, um Golpe de uma Revolução? In: Anais da XI Semana de História, UFES: Anais da Semana de História, 2018.